

## Uma homenagem a Robert Castel

---

Cibele Saliba Rizek

Há quase 20 anos recebi a incumbência de escrever um prefácio para obra então recente de Robert Castel, *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tenho a impressão de que o convite se devia aos meus vínculos com o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania e, por seu intermédio, com dois nomes que foram referência para muitos dos cientistas sociais que então faziam suas teses na Universidade de São Paulo – Maria Célia Paoli e Francisco de Oliveira. Lembro que aceitei o convite com apreensão. Afinal, tratava-se de uma obra que muitos de nós já tínhamos lido em francês, obra que inspirava um conjunto de novas indagações e apontava algumas respostas que foram fortemente acolhidas e fizeram fortuna crítica no Brasil. Robert Castel escreveu muito mais do que *As metamorfoses da questão social*. Algumas de suas publicações no Brasil são até mesmo bastante anteriores à publicação de *As metamorfoses da questão social*, como *A ordem psiquiátrica, a idade de ouro do alienismo*, livro publicado pela Graal pela primeira vez em 1978 e reeditado em 1991, bem como *A insegurança social: o que é ser protegido?*, editado pela Vozes em 2005. Mais recentemente, outro livro foi publicado também pela Vozes, em 2008, com o sugestivo título *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones*. O mesmo se pode dizer de suas publicações em castelhano, em especial *Individuación, precariedad y inseguridad*, com Gabriel Kessler, Numa Murard e Denis Merkelen, publicado pela Paidós em 2013, *La discriminación negativa: ciudadanos o indígenas*, publicado pela Hacer

em 2010, *Propiedad privada, propiedad social, propiedad de sí mismo: conversaciones sobre la construcción del individuo moderno*, com Caludine Haroche, publicado pela Homo Sapiens em 2003, *Pensar y resistir: la sociología crítica después de Foucault*, publicado pelo Círculo de Bellas Artes, em 2006.

Arrisco afirmar, no entanto, que *As metamorfoses da questão social* tenha sido a obra sociológica cuja recepção foi mais significativa pelo menos entre os sociólogos, especialmente no Brasil, já que oferecia um enquadramento, uma resposta para as questões que a sociologia brasileira se colocava: a questão da desigualdade em seus novos termos, uma desigualdade, portanto, sempre referida ao trabalho, ao mercado de trabalho e às formas de inserção, que não pareciam passíveis de superação ou ao menos passíveis de minimização pela inserção social através da assimilação ao assalariamento. Naquele momento – talvez mais do que nos anos oitenta e certamente mais do que no momento presente, a inserção dos pobres como trabalhadores assalariados, sua entrada num mundo em que a possibilidade de cidadania significava carteira e contrato formal de trabalho dava mostras de um esgotamento que parecia sem volta. Houve uma reversão do horizonte de expectativas ou mesmo uma releitura necessária da questão social referida ao assalariamento como porta de entrada no universo dos direitos e garantias da cidadania, no final do que acertadamente ou não acabou se conformando como a década neoliberal – talvez um tanto deslocada da emergência mais aguda das reestruturações e ajustes em âmbito mundial. No âmbito latino-americano, as categorias que teriam se originado da CEPAL a respeito do subdesenvolvimento, em suas repercussões sobre o mercado de trabalho – sobre o que ficou conhecido entre nós como “terciário inchado”, ou mesmo as relações entre dimensões econômicas externas (imperialismo, dependência, capitalismo dependente associado), além de uma reflexão sobre o desenvolvimento com base na indústria, isto é, fazendo da indústria e da fábrica a pedra angular dos processos de transformação e inserção social – pareciam dar mostras de um esgotamento sem volta.

Nos anos noventa, o que parecia então se configurar como horizonte explicativo, aquilo que parecia emoldurar a questão social brasileira, vinha sendo figurado a partir da noção de exclusão, oriunda – ela também – da sociologia francesa em larga medida. Os pobres tinham se transformado em excluídos, a questão social no Brasil se conformava a partir da exclusão ainda – e talvez por muito tempo desde então –

referenciada no mundo do trabalho, no horizonte do trabalho assalariado. Algumas incursões na qualificação dessa pobreza, tanto em relação à pobreza urbana como pela via de uma reflexão sobre políticas sociais, qualificavam-na também como vulnerabilidade social<sup>1</sup>. Em meio a uma década de incertezas, como afirmei no prefácio da edição brasileira do livro *As metamorfoses da questão social*, a contribuição de Robert Castel aparecia como ponto de ancoragem – tanto porque a questão social entrava na pauta da sociologia europeia devidamente transfigurada pelo texto, como porque para a sociologia brasileira o desenho de Castel parecia um solo firme, em meio a um conjunto nada desprezível de transformações em curso no período que ganhava ares de *fin-de-siècle*.

O que faz o livro uma referência tão interessante, para além das comparações que suscitou – algumas mais cuidadosas, outras nem tanto, já que assimilavam a situação de “desfiliação” a parcelas de trabalhadores pobres brasileiros que talvez nunca tivessem tido outra condição que a de trabalhadores precários ou informais –, é um vínculo bastante elaborado entre insegurança social, situações de trabalho e produção histórico-social da vulnerabilidade. Não há entre esses termos relações simples. A trama na qual estão imbricados é tecida ao longo de seis séculos de história europeia, em que se construiu e se desmanchou – mesmo que relativamente – a condição salarial e seus avessos, ou seus outros. No ponto de chegada do livro – a análise das linhas de força que redesenhavam a condição dos trabalhadores e da sociedade francesa e europeia no final do século XX –, Robert Castel nomeou sua perspectiva analítica como uma *história do presente*<sup>2</sup> que permitiria descrever e explicar situações de incerteza, de insegurança, de encolhimento do assalariamento formal, de uma nova condição para uma parcela importante de trabalhadores europeus como dimensões inextrincáveis.

Nos anos noventa, o diagnóstico da situação europeia – e francesa em particular – parecia ser tarefa de urgência. Se era necessário pensar o presente, por outro lado, Castel vai buscar alguns dos temas mais clássicos da sociologia francesa para enfrentá-lo. Recupera então a noção de *fratura social* para qualificar seu problema – as metamorfoses daquele momento. Castel ainda recorre, alternando um uso de concordância com um uso crítico, à ideia de anomia. Assim também a questão da solidariedade social e de sua produção se enraizava nos temas clássicos da sociologia francesa, armação e lentes pelas quais a arqueologia e o diagnóstico das dimensões contemporâneas foram examinadas.

Algumas das expressões e figurações que Castel criou e mobilizou n' *As Metamorfoses* parecem estar intocadas pelos quase vinte anos que se passaram desde a publicação do livro em francês, sobretudo a identificação dos pontos de inflexão nas relações de trabalho, da “crise do futuro”, de uma multiplicidade de modos de inserção, a discussão das políticas de transferência de renda – que nos diz respeito hoje mais do que nos últimos anos do século XX, em razão do Programa Bolsa Família – e o vínculo entre utilidade social e dignidade. Talvez algumas citações possam sinalizar a intensidade dos temas e das questões apontadas por Castel. Sublinho algumas que talvez tenham adquirido hoje mais do que nos anos noventa o caráter de sugestões críticas e apontamentos que ainda permitem pensar alguns dos elementos que desenham a cena das nossas metamorfoses da questão social, nas primeiras décadas do século XXI. Dessa perspectiva, talvez valha a pena lembrar que a releitura do texto, imersa em outro momento, conforma novos relevos, sublinha novas questões. É possível que essa seja uma das características dos livros clássicos – eles apontam guias, discussões-problemas que permitem ver e confrontar elementos que frequentemente ainda carecem de qualificação e/ou nomeação.<sup>3</sup> Seleciono a seguir alguns parágrafos das páginas finais do livro que podem fornecer pistas interessantes para pensar a conformação da questão social brasileira em tempos de “lulismo”<sup>4</sup>.

“Se o emprego se reduz a uma ‘transformação de serviços em mercadoria’, como fica o *continuum* das posições que constituía a sociedade salarial e que é sempre necessário também para construir uma sociedade solidária? Um conglomerado de *baby-sitters*, de garçons do McDonald’s ou de empacotadores nos supermercados faz ‘sociedade’? Isso não é dito com desprezo pelas pessoas que se entregaram a essas ocupações; mas, ao contrário, é para que se interroge sobre as condições que fazem do emprego um vetor de dignidade da pessoa. Uma sociedade ‘de plena atividade’ não é, apesar disso, uma sociedade de plena dignidade...”<sup>5</sup>.

Castel ainda dirigiu seu olhar para os beneficiários dos programas de transferência de renda monetária (os RMIistas), articulando as dimensões da utilidade social, do trabalho e do reconhecimento em um modo de produzir ou de fazer encolher uma sociedade. Apontava, também, suas reservas em relação à morte da sociedade salarial “quer para regozijar-se com o fato, quer para lamentá-lo” como se pode verificar na afirmação de que “a sociedade atual é ainda maciçamente uma sociedade salarial.” Apontava suas discordâncias em relação às escolhas e ângulos

de análise que afirmavam o fim do assalariamento, então bastante pródigos na sociologia e no pensamento social francês, aproximando-os de uma rejeição da modernidade em nome da proteção próxima e do elogio à proximidade e à pessoalidade que frequentemente não se distinguiu das tutelas tradicionais<sup>6</sup>, e acabou por afirmar sua própria escolha:

“Fiz a escolha oposta, talvez também ‘ideológica’, de que as dificuldades atuais não são uma oportunidade para acertar contas com uma história que foi também a da urbanização e do domínio da natureza pela técnica, da promoção do mercado e do laicismo, dos direitos universais e da democracia – a história, justamente, da passagem da *Gemeinschaft* à *Gesellschaft*. A vantagem dessa escolha é clarear o que está em jogo num abandono completo da herança da sociedade salarial. A França havia levado séculos para esposar seu século, e havia chegado a isso, aceitando (...) jogar o jogo da sociedade salarial. Se hoje as regras do jogo devem ser modificadas, a consciência da importância dessa herança merece que se tomem algumas precauções. Tentar pensar as condições de uma metamorfose da sociedade salarial, mais do que se resignar à sua liquidação.”<sup>7</sup>

Talvez por ter se dedicado à doença mental em suas injunções sociais e dimensões sociológicas, talvez por ter se aproximado de temas e embocaduras foucaultianas quando foi para a Universidade de Vincennes, talvez porque tenha perseguido compreender a relação indivíduo-sociedade, tema fundador da sociologia e da sociologia francesa em particular, Castel tenha se dedicado, ao longo de sua obra, a pensar a transversalidade de seus enfoques, a buscar formas de explicação que articulam dimensões objetivas e disposições subjetivas. Assim, às metamorfoses da questão social, às metamorfoses das fraturas, das reversões das formas de inserção produtiva e de seu reconhecimento, acoplam-se metamorfoses que ocorrem no plano e na escala do indivíduo, na escala do nascimento de um individualismo de massa, de um individualismo negativo. Em suas palavras:

“... vê-se desenvolver hoje um outro individualismo, desta vez de massa, e que aparece como uma metamorfose do individualismo ‘negativo’ (...) Metamorfose e de modo algum reprodução, porque é o produto do enfraquecimento ou da perda das regulações coletivas, não da sua extrema rigidez. Porém, conserva o traço fundamental de ser um individualismo por falta de referências e não por excesso de investimentos subjetivos”. Insegurança, precariedade, trajetórias estremecidas, indeterminação, individualidades superexpostas, mais frágeis e ameaçadas de decomposição, correndo o risco de serem carregadas “como um fardo”.<sup>8</sup>

Crises e desafios do nosso tempo, Castel não se furtou da tarefa de localizá-los e nomeá-los, ancorando suas dimensões em uma história do presente e encarando a discussão e o debate, defendendo o compromisso e a responsabilidade pública da reflexão sociológica<sup>9</sup>, mergulhando assim no tempo e nas dimensões que buscava compreender e explicar. Uma última observação que talvez pareça ainda hoje, quase vinte anos depois da redação do livro, uma questão a ser revisitada: trata-se da questão do Estado. Castel aposta na saída da fragilização social e individual por meio de decisões políticas de reversão da crise doariado pelas mãos do Estado. Talvez hoje a questão pudesse ser matizada de outra forma, quer porque os Estados se atrelaram a dimensões supranacionais, como é o caso da União Europeia, quer porque os Estados parecem ter margens menos definidas do que se poderia supor a partir de um conjunto de considerações teóricas de filiação bastante clássica como a distinção entre Estado e Sociedade Civil. A aposta no Estado talvez seja hoje menos plausível do que parecia ser em meados dos anos noventa, quando Castel afirmou, no último parágrafo do seu livro: “... quando o navio faz água, cada um tem que despejar a água pelo vertedouro. Mas em meio às incertezas que hoje são muito numerosas, pelo menos uma coisa é clara: ninguém pode substituir o Estado em sua função fundamental que é comandar a manobra e evitar o naufrágio” (p. 611). Ou seja, sem Estado não parecia haver saída. Mas é possível que o Estado e suas margens tortuosas sejam ao mesmo tempo parte do problema, tanto quanto das possibilidades e das saídas, como parecem deixar claras as recentes crises econômicas dos países centrais, para não falar dos países emergentes e dos continentes do sul.

Para além da questão do Estado tal como a configurava Castel em 1995, uma outra dimensão do livro merece uma leitura e uma releitura atentas. Se a discussão que funde trabalho assalariado, segurança e insegurança, vulnerabilidade e disposições subjetivas em um novo individualismo teve um peso considerável na reflexão francesa, a recepção do trabalho de Castel no Brasil pode ser pensada à luz de uma problematização que interessa mais uma vez ser evidenciada. Trata-se da questão das comparações, sobretudo entre realidades sócio-históricas tão diversas como a França e o Brasil. O livro de Castel gerou o reconhecimento nem sempre fácil do que foi a constituição de uma sociedade salarial *ma non troppo* no Brasil. A discussão brasileira – e, em boa medida, lati-

no americana – que tinha se voltado para os desempregados nomeados como exército de reserva, terciário inchado e marginalidade acabou por nos obrigar a pensar a constituição do salário como modo de regulação, forçando o reconhecimento de que afinal as linhas que separavam regra e exceção, formalidade e informalidade, trabalho estável – “protegido” – e trabalho precário – a viração de cada dia –, foram mais tênues, mais porosas e que nossas proteções sociais, talvez, menos efetivas. Quem eram e quem são os nossos pobres e vulneráveis? Tampouco eram assimiláveis os vagabundos, miseráveis e excluídos que povoaram a longa história da constituição da sociedade salarial europeia. Teríamos tido um grau zero de assalariamento? Como pensar ao longo da história brasileira o processo que conduziu as relações centrais de nossa economia da escravidão ao assalariamento, sem deixar de mencionar nossos “homens livres na ordem escravocrata”? Nem o rigor lógico de Castel, nem as diferenças internacionais, tampouco apenas o trabalho dos historiadores e da historiografia brasileira dariam conta – por si mesmos – de um quadro explicativo da mesma ordem do percurso do francês no território brasileiro. Talvez diante das recentes manifestações de junho de 2013, da discussão das relações entre políticas sociais – de um lado, crescentemente no terreno de uma assistência social monetarizada e focalizada e, de outro, ancoradas no horizonte da universalização de direitos; talvez diante da complexificação e das disjunções de uma cidadania regulada pela carteira de trabalho<sup>10</sup>, da permanência e persistência do trabalho precário e precarizado, mesmo quando e se o mercado formal de trabalho aponta para o crescimento e formalização do emprego; talvez diante desse quadro e dessas articulações, possamos lembrar nossas especificidades e evocar a urgência de pensar, com Castel e a partir de seu veio crítico, uma história do presente, atualizando suas questões e repensando insegurança, trabalho e subjetividade no terreno movediço do Brasil contemporâneo. Nesse esforço, na companhia de autores como Kowarick<sup>11</sup> ou Ivo<sup>12</sup>, é possível que possamos reconhecer seus temas na discussão brasileira, na discussão da pobreza e suas reconfigurações como núcleo das metamorfoses recentes da questão social no Brasil.

Robert Castel, que encontrou e abraçou a sociologia de forma bastante profícua cujas repercussões atingiram a reflexão brasileira e latino americana, teve uma trajetória que começou pelo ensino de filosofia na Universidade de Lille, onde entrou em contato com P. Bourdieu, que o teria convencido a trabalhar com pesquisas em andamento no Grupo de Sociologia da Educação. Castel se afastou gradativamente da filosofia

não sem antes traduzir para a língua francesa e prefaciá-lo, em conjunto com Pierre Henri Gonthier, o livro de H. Marcuse, *Razão e revolução – Hegel e o nascimento da teoria social*, que seria publicado no ano emblemático de 1968 pelas Editions Minuit. Trabalhou então com Bourdieu e Passeron e em paralelo dedicou-se ao estudo da doença mental, tendo ainda discutido e comentado no âmbito do grupo de Bourdieu a obra de Goffman sobre as instituições psiquiátricas – Asilos, Manicômios e Prisões. Sempre guardou alguma distância em relação ao trabalho de Bourdieu, embora tenha participado de algumas coletâneas organizadas pelo grupo que se organizava em torno desse autor. Em 1968, tornou-se *maître à conférence* na Universidade de Vincennes, onde também trabalhavam Passeron e Foucault. É desse período seu maior investimento nas questões relativas à psiquiatria e à ordem psiquiátrica. Castel avançava, porém, cada vez mais em direção à produção sociológica e guardava com Bourdieu relações de amizade – apesar das distâncias e diferenças teóricas –, mesmo quando os temas desses pensadores acabavam por se cruzar. Afinal, a dominação simbólica e a vulnerabilidade diante dela por um lado e a sociedade salarial e seu encolhimento por outro, isto é, a miséria do mundo, podem ser pensados como temas conexos, como testemunhos de uma geração, guardadas todas as diferenças.

Duas últimas observações sobre Castel permitem entrever um pouco do que ele foi como pensador e cientista social. A primeira diz respeito ao longo processo de elaboração e de escritura de *As metamorfoses da questão social*. Castel apontava, por ocasião do lançamento do livro, que passou muitos anos escrevendo e reescrevendo o texto para que ele fosse claro, inequívoco, exato. A elaboração do texto, as citações, a pesquisa e, sobretudo, a montagem da questão da perspectiva de uma história do presente lhe exigiam. Foi um belo depoimento que me fez pensar nas exigências de produção, na escrita apressada, nos índices e rankings que ganham soberania, impondo-se como regra à produção acadêmica tanto em solo brasileiro como, crescentemente, também em solo francês. Ainda será possível produzir livros como esse, ou produzir pensadores como seu autor?

A segunda observação vem de um relato de um sociólogo francês que nos visitou em meados do primeiro semestre de 2013, logo depois de morte de Castel. Interpelado ao relato, ele descreveu o enterro como uma reunião de amigos e de companheiros de trabalho e discussão. Ao final da narrativa sobre a ocasião disse, emocionado: “cantamos muito, cantamos juntos, já que ele gostava tanto de cantar”.<sup>13</sup>

**BIBLIOGRAFIA**

- Castel, Robert. (1978), *A Ordem Psiquiátrica, Idade de Ouro do Alienismo*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- \_\_\_ . (1998a), *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- \_\_\_ . (1998b), *Le sociologue et son objet La sociologie et la réponse à une demande sociale Pour une entente raisonnée avec les médias*. Paris: La lettre du CEMS.
- \_\_\_ . (2005), *A insegurança social - o que é ser Protegido?* Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- \_\_\_ . (2006), *Pensar y Resistir – La sociología crítica después de Foucault*. Estados Unidos: Circulo de Bellas Artes.
- \_\_\_ . (2008), *A Discriminação Negativa – cidadãos ou autóctones*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- \_\_\_ . (2010), *La discriminacion Negativa: ciudadanos o indigenas*, Espanha: Hacer.
- Castel, Robert; Haroche, Caludine. (2003), *Propriedad Privada, propiedad social, propiedad de sí mismo, Conversaciones sobre la construcción del individuo moderno*. Rosario: Homo Sapiens.
- Castel, Robert; Kessler, Gabriel; Murard, Numa; Merkelen, Denis. (2013), *Individuacion, precariedad y inseguridad*. Buenos Aires: Paidós.
- Leal, Ivo; Brito, Anete. (2008), *Viver por um fio: pobreza e política social*. São Paulo/Salvador: Editora Annablume/CRH-UFBA.
- Lepetit, Bernard. (1996), Le travail de l’histoire (note critique). In: Annales. *Histoire, Sciences Sociales*. 51e année, N. 3. pp. 525-538
- Kowarick, Lúcio. (2003), Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil, Estados Unidos, França e Brasil in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18 Nº. 51.
- \_\_\_ . (2009), *Viver de Risco - Vulnerabilidade e pobreza urbana – entre questões e situações*. São Paulo: Editora 34, São Paulo.
- Santos, Wanderley Guilherme. (1979), *Cidadania e justiça. A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.

Singer, André. (2012), *Os sentidos do Lulismo – Reforma Gradual e Pacto conservador*. São Paulo: Cia das Letras.

## NOTAS

- 1 Ver a esse respeito, entre outros textos, artigo de Kowarick (2003).
- 2 Em texto bastante interessante à guisa de resenha e de problematização do livro *As metamorfoses da questão social*, Bernard Lepetit comenta essa relação entre a historicização da questão social, sua produção histórica e a perspectiva de pensá-la como história do presente. Uma tensão se desenharia então entre sociologia, história e historiografia, em especial uma tensão entre métodos e abordagens diversas. Se essa tensão não se resolve, Lepetit apontava, ao longo do texto, a diferença teórico-metodológica entre tratar um período e tratar uma questão. Castel teria então tratado como principal foco e principal problema *As metamorfoses da questão social*. A palavra forte do título – metamorfoses – deveria, portanto, ser levada a sério, afirmava Lepetit, que termina seu texto com a indicação de que talvez não seja necessário ou importante tomar uma argumentação – a do sociólogo ou a do historiador – como a mais justa. A mudança de registro daria relevo para uma moral da ação pública. Lepetit perguntava então a Castel – que teria sublinhado suas preferências teóricas e conceituais ao questionar se um conjunto de proprietários de mercadorias fazia sociedade – se um conjunto de assalariados poderia então constituir o laço social a partir de uma relação desigual entre trabalho e proteção. Após apontar a tensão e alguma problematização das relações entre história e sociologia, Lepetit termina seu texto afirmando que o livro de Castel apontaria explicitamente para a relação entre valores e conhecimento, questão que merecia – como ainda merece – uma reflexão coletiva para além da denúncia meramente ideológica. Ver Lepetit (1996).
- 3 Essa ideia me acompanha desde a defesa de meu mestrado. Ela foi um dos elementos centrais da arguição de outro sociólogo – Eder Sader – que marcou por sua sensibilidade, engajamento público e capacidade crítica toda uma geração de cientistas sociais. Aí vai a ele também minha homenagem.
- 4 Conforme designação de Singer (2002)
- 5 In Castel (1998a)
- 6 Sempre cabe lembrar, em relação à discussão relativa à proximidade e distância sociais, a expressão de Sérgio Buarque de Holanda que classificava o ‘ethos’ das classes dominantes no Brasil como um “horror às distâncias”.
- 7 In Castel, op. cit, p. 595.
- 8 Castel, op. Cit, pp.603-604
- 9 Ver a esse respeito Castel (1998b), texto em que Castel considera a questão do debate sociológico e de sua difusão/discussão nos meios de comunicação. Ao considerar importante a publicização das questões sociológicas pela e na mídia – no caso em questão a mídia impressa – Castel aponta as dimensões da responsabilidade cívica e da presença pública das ciências sociais e da sociologia em particular.
- 10 A esse respeito o clássico de Wanderley Guilherme dos Santos é referência obrigatória. Ver Santos (1979).
- 11 Ver artigo já citado sobre vulnerabilidade social, Kowarick (2009).
- 12 Ver Leal & Brito (2008).

13 Trata-se de Michel Kokoreff, que encontrei na Universidade Federal de São Carlos.